

**AgInt no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1255796 - SP
(2018/0045812-6)**

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : EDUARDO JOSE CASTELLANO
ADVOGADO : LEANDRO RICARDO ZENI - PR029479
AGRAVADO : JOSE COELHO
AGRAVADO : JAIR COELHO
AGRAVADO : CLAUDIO COELHO
ADVOGADO : ANTÔNIO COELHO - SP071670

EMENTA

PROCESSO CIVIL. AGRADO INTERNO NO AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** POSSESSÓRIA. INTERDITO PROIBITÓRIO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73 NÃO CARACTERIZADA. PROTEÇÃO POSSESSÓRIA. REQUISITOS. PROVA DO EXERCÍCIO DE POSSE. INEXISTÊNCIA. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 7 DO STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 20, § 4º, DO CPC/73. IMPOSSIBILIDADE DE VERIFICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE FIXAÇÃO DA VERBA. SÚMULA Nº 7 DO STJ. AGRADO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. O presente agravo interno foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional, pois o TJSP decidiu a matéria controvertida de forma fundamentada, ainda que contrariamente aos interesses da parte. Ressalte-se que o julgador não está obrigado a examinar todos os argumentos aduzidos pela parte, quando tenha encontrado fundamentação suficiente para dirimir integralmente o litígio.

3. Para se chegar a conclusão diversa da que chegou o eg. TJSP, que entendeu pela o pleito de interdito proibitório não encontraria guarida porquanto não preenchidos os requisitos para a proteção possessória, bem como diante da inexistência de demonstração de ameaça à posse sobre a área objeto do litígio, seria inevitável o revolvimento do arcabouço fático-probatório, procedimento sabidamente inviável na instância especial. Súmula nº 7 do STJ.

4. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que a revisão do valor arbitrado a título de honorários advocatícios sucumbenciais enseja o revolvimento das

Superior Tribunal de Justiça

circunstâncias fáticas e das peculiaridades do caso concreto, salvo nas hipóteses em que se revelar irrisório ou exorbitante, situações não existentes na espécie.

5. Não sendo a linha argumentativa apresentada capaz de evidenciar a inadequação dos fundamentos invocados pela decisão agravada, o presente agravo não se revela apto a alterar o conteúdo do julgado impugnado, devendo ela ser integralmente mantida em seus próprios termos.

6. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrigli, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Marco Aurélio Bellizze votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Moura Ribeiro
Relator